



"Nunca tive uma casa de tijolo", diz moradora de ocupação

Sem concluir a regularização fundiária, os ocupantes moram em casas que não existem formalmente. O Loteamento Dandara dos Cocais pertence ao município

Glenda Uchôa
Repórter

Durante toda a vida, Maria das Neves utilizou o coco de babaçu como fonte de renda para sustentar sozinha os seis filhos. Da planta, ela extrai a castanha, o azeite e transforma a casca em carvão. Mas não é só isso. É vindo também do coco o atendimento de outra necessidade de vida: a moradia. Com os talos e a palha da planta, ela construiu a casa de taipa em que vive atualmente com a família. "Nunca tive uma casa de tijolo em toda minha vida. Nem eu, nem meus filhos", desabafa.

Maria das Neves faz parte

de um grande espectro populacional em Teresina, o das famílias que ocupam de forma não regularizada áreas no município, não tendo acesso a habitações dignas ou serviços básicos garantidos. Um cenário muito conhecido pela senhora de 59 anos, que há seis meses faz parte das cerca de 200 famílias que ocupam o loteamento Dandara dos Cocais, zona Norte de Teresina.

Apesar do direito à moradia está mais do que assegurado no papel - na Constituição de 1988 e legislações posteriores, incluindo o Estatuto da Cidade e a garantia da função social das cidades e da propriedade, os avanços ocorridos na legislação não

se traduziram como o esperado em avanços concretos nas condições de habitação e acesso a serviços urbanos da população.

"Passei minha vida morando em terreno de dono no Maranhão. Um lugar que você não tem direito a nada, só mesmo de 'trabaiá'. Vim pra Teresina pra vê se encontrava coisa melhor, mas as 'dificuldades' são muito grandes. Passei um tempo morando em casa alugada, pagando R\$380. No dia de pagar o aluguel me doia o coração, porque era tirando da boca pra pagar", relembra.

Pela dificuldade de se manter, Maria viu na oportunidade de ocupação uma última esperança. Em junho

de 2016, junto a outras famílias, ela fez parte da ocupação do loteamento batizado por Dandara dos Cocais, região limítrofe ao conjunto residencial Jacinta Andrade.

"Aqui só tinha taboca e mato. Viemos porque precisamos de um lugar pra viver e todo mundo se juntou pra fazer o roçado e construir seus barracos. Mas logo depois veio a polícia, despejou 'nois' e sumiu todo mundo. Só que realmente quem precisa, volta. E com a ajuda do povo do Ministério Público, a gente tá conseguindo ficar", relata.

O relato da trabalhadora segue o que acontece nos trâmites jurídicos. Sem regularização fundiária, os ocupan-

tes moram em casas que não existem formalmente.

O terreno ocupado pertence ao município que, mesmo com a determinação judicial para desocupação da área, através do diálogo aberto com o Ministério Público e escutando a demanda solicitada pela população, tem encaminhado o cadastramento e estudo para a utilização da área para fins de interesse social de habitação. E isto dá esperança para Maria e as outras centenas de famílias da região.

"Eu tenho esperança, porque tenho Deus no céu e ele vai olhar pra mim e pra quem precisa. A gente não vai desistir, porque força pra batalhar não falta", finaliza.



Sonho palpável

Foram mais de 15 anos de espera até João Batista, de 40 anos, poder dormir com tranquilidade sabendo que a casa onde viu as duas filhas crescer ter proteção jurídica, por meio do recebimento do título de posse. Morador da Vila Washington Feitosa, na zona Sudeste de Teresina, o líder comunitário afirma que o recebimento do documento representou a realização de um sonho antigo. “Foi como ganhar na Mega-Sena”, confessa.

Batista conta a história de consolidação da Vila como

parte da sua própria vida. Os moradores da ocupação, realizada em 13 de outubro de 2000, apenas no segundo semestre deste ano receberam a documentação de regularização fundiária, em uma espera nutrida com ansiedade.

“Para chegar até aqui, tivemos que fazer muitas manifestações, enfrentar Prefeitura, enfrentar polícia, resistir. Foram muitas audiências e costume dizer que o Ministério Público, na pessoa da doutora Leida Diniz, foi como um anjo em nossas vidas. Eles tomaram

nossa luta para si e enfim conseguimos o nosso direito de viver aqui”, afirma.

Mas o processo ainda não foi totalmente concluído. Das cerca de 200 famílias que moram na Vila, apenas metade delas recebeu o documento. No entanto, o processo segue encaminhado para a totalização da regularização fundiária da localidade.

“A gente viu que os esforços valeram a pena. Hoje, podemos dormir e garantir que ninguém vai mexer conosco. Aqui é nosso lugar, é

como acertar na Mega-Sena, temos identidade, endereço fixo, temos lugar para viver”, destaca.

O líder comunitário comemora as muitas vitórias alcançadas durante os anos, mas cobra melhorias circunstanciais para a vida dos moradores. A energia foi regularizada totalmente na região há cerca de dois meses, mas Batista destaca que a iluminação pública ainda é deficitária na região, bem como o acesso do calçamento já antigo.

(Glenda Uchôa)

Um processo contínuo

O olhar do poder municipal ao que tange a questão da regularização fundiária em Teresina parte do que está previsto em lei, que estabelece os aspectos urbanísticos, exigindo o desenho das vias de circulação, a observância do tamanho dos lotes, a alocação de casas precárias ou situadas em áreas de risco, tudo para que esse espaço urbano venha realmente se integrar na cidade. Para isso, todo o processo deve levar em conta os aspectos ambientais e sociais, envolvendo toda a população.

De acordo com a coordenadora de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Semduh), Rogéria Sousa, não é de hoje que a Prefeitura vem respondendo efetivamente a esta problemática. De 1997 a 2000, a Prefeitura de Teresina desapropriou mais 3,98 milhões de metros quadrados de terreno, sendo 2,91 milhões de metros quadrados para reassentar famílias provenientes de áreas de risco e leitos de ruas, bem como para eliminar conflitos fundiários urbanos em áreas ocupadas irregularmente, garantindo a posse segura às famílias ocupantes. E ainda 1,07 milhões de metros quadrados de área desapropriada para execução de obras e construção de equipamentos públicos.

“Tem se entendido muito a regularização só do ponto de vista jurídico e formal, pelo menos aqui em Teresina, quando se fala em regularização fundiária, parece que se refere só ao fato de que a pessoa não tem documento. Mas ‘o papel’ é a última etapa de um processo. A regularização fundiária se inicia aí, para garantir que as famílias

permaneçam no local e possa haver a realização das intervenções futuras. Disso vem todo processo de desapropriação da área, da garantia que se possa fazer melhorias de habitação, garantir energia, água, o arruamento, construir equipamentos públicos, serviço de coleta de lixo, serviço de saúde, tudo isso faz parte do que entende como regularização fundiária”, destaca.

Projetos de regularização

Atualmente, a Prefeitura tem 12 áreas, distribuídas em todas as zonas, incluídas em projetos de regularização fundiária para fins de documentação definitiva dos imóveis, entre elas, a Vila Elmano Férrer, Ocupação Dilma Rousseff, Vila das Torres, Vila Rosa de Luxemburgo, Vila São Francisco, Parque da Vitória, Parque São Jorge, Vila Palitolândia e Vila Washington Feitosa.

O município também põe em execução a criação do Plano de Regularização Fundiária de Interesse Social do Município, com objetivo de garantir as condições de cidadania relacionadas aos direitos fundamentais à moradia e à cidade para a população.

“Ressaltamos que a competência de regularizar não é exclusiva do poder público municipal; o Estado a União, os próprios moradores devidamente organizados, podem executar a regularização fundiária em suas áreas, através de projetos específicos de regularização fundiária. Contudo, é competência exclusiva do poder público municipal aprovar tais projetos, conforme a legislação pertinente em vigor”, define.

(Glenda Uchôa)

Demanda x oportunismo

Um dos grandes problemas enfrentados pelo poder público no que diz respeito à consolidação da regularização fundiária é a filtragem dos reais interesses que levam as pessoas a ocuparem os vazios urbanos. Para Rogéria, além da demanda, há muito oportunismo.

“Até a década de 90, os movimentos de organização de ocupação tinham essa perspectiva da necessidade da moradia, mas o que a gente também viu acontecer, ao longo do tempo, foi oportunismo político e eleitoral e, assim, os movimentos foram descaracterizando um pouco. Já tivemos muitas intervenções em Teresina, entre elas a construção de residenciais, a retirada

de pessoas de áreas de risco, o programa Minha Casa Minha Vida. Por isso, muitas ocupações acabam acontecendo em períodos eleitorais ou como forma de especulação imobiliária. Existe sim a necessidade de moradia na cidade, porque há um déficit, mas também há pessoas que usam de oportunismo para atrair o movimento”, considera.

Para ir contra esta realidade, a Prefeitura utiliza de bancos cadastrais para identificar pessoas que tenham imóveis ou já tenham participado de outras manifestações. No sentido de garantir a posse da terra e o acesso à moradia a realmente quem precisa.

(Glenda Uchôa)



Jeane Maria ocupou o Parque da Vitória ainda em 2011 e hoje acompanha o processo decreto de desapropriação que deve beneficiá-la

Moradia como ato de resistência

Não escapa, nem por um minuto, da lembrança de Jeane Maria, de 49 anos, todo o trajeto de lutas e superação que foi necessário para ela, hoje, sentar na sala da casa construída com materiais de alvenaria e contar tudo o que viveu há quatro anos, quando ocupou o Parque da Vitória, na zona Sul de Teresina.

“Foi realmente uma luta conseguir essa casa, porque eu e outras centenas de pessoas passamos por jagunços, polícia, tudo por tudo, para hoje ter um lugar para chamar de nosso”, destaca.

Jeane assumiu a presidência da Associação de Mora-

dores do Parque da Vitória, ocupação iniciada em 2011, que contou com a intervenção até da Força Nacional, em um conflito marcado pela insistência de famílias pela busca da moradia.

“Minha vida antes era viver para pagar aluguel. Quando soube da organização para vir para cá, não pensei duas vezes. Nos primeiros dias, não tive coragem de vir, porque cuidava da minha neta e de uma sobrinha. Mas logo depois, entreguei a casa que morava e vim para cá construir minha casa feita de taipa com dois cômodos”, conta.

Com o passar dos anos e muitas tentativas jurídicas, a

área ganhou status de ocupação consolidada. Com isso, os primeiros serviços começaram a chegar à região, que começa a contar com instalação de rede elétrica e núcleo de convivência, além da construção de uma creche.

Recentemente, a Prefeitura de Teresina instaurou o processo decreto de desapropriação de cerca de 70 hectares no Parque da Vitória, beneficiando mais de duas mil famílias com um passo importante no processo de regularização fundiária. “Também já temos o decreto da água, porque hoje a gente só tem as ligações irregulares e nem sempre temos

água”, relata.

A falta de saneamento básico também é um grande problema na região. “Muita gente não tem banheiro em casa, ou apenas o buraco e, assim, a prática do aviãozinho ainda é muito comum”, afirma Jeane.

Apesar das dificuldades, a líder tem um olhar esperançoso quanto à melhoria de qualidade de vida no local. Vontade para buscar o melhor, ela diz não faltar. “Costumo dizer que quem não sonha, não realiza. Hoje eu tenho minha casa e sei que vamos conseguir muito mais”, finaliza.

(Glenda Uchôa)